

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.073.521 - SC (2017/0064028-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **LIBERTY SEGUROS S/A**
ADVOGADOS : **MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR007919**
: **FRANCIS ALMEIDA VESSONI E OUTRO(S) - SC028308**
AGRAVADO : **EVANDIR LUIZ VIEIRA**
AGRAVADO : **MARIA JOSE MORAES FERNANDES**
ADVOGADO : **LUIZ CARLOS SILVA E OUTRO(S) - SC032920**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. PROVA PERICIAL. AVERIGUAÇÃO SOBRE POSSÍVEL MÁ QUALIDADE DOS MATERIAIS E VÍCIOS NA CONSTRUÇÃO. DEVOLUÇÃO DA MATÉRIA AO JUÍZO A QUO PARA REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. HONORÁRIOS DO EXPERT. AUTORES BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. DIVISÃO DO VALOR COM A PARTE RÉ. SÚMULA 26 DO TJSC. RECURSO PROVIDO.

Em prestígio ao princípio da ampla defesa e do contraditório, impõe-se a realização da prova Pericial para averiguação da real situação dos imóveis segurados, a fim de verificar a qualidade dos materiais utilizados e possíveis vícios construtivos.

"Nas demandas de competência civil-consumerista, sendo o autor beneficiário da justiça gratuita, deve o réu arcar com o pagamento prévio de metade do valor dos honorários periciais nas hipóteses em que a produção da prova técnica for requerida por ambos os litigantes ou exclusivamente pelo autor, ou, ainda, determinada de ofício pelo juiz" (Súmula 26 do TJSC).

Contra o julgado, a ora agravante opôs embargos de declaração, argumentando o equívoco do julgado, que considerou necessária "a realização de prova pericial para averiguação da real situação dos imóveis segurados, a fim de verificar possível

existência de má qualidade dos materiais e vícios na construção" (acórdão, fl. 1.107/e-STJ), na medida em que a sentença reformada julgara improcedente o pedido porque, "ainda que houvesse comprovação da existência de vícios construtivos, estes não seriam indenizáveis pela demandada, dada a ausência de expressa cobertura securitária" (sentença, fl. 717/e-STJ).

Os embargos de declaração foram rejeitados (acórdão de fls. 1.123-1.128/e-STJ).

Nas razões de recurso especial, a ora agravante alega violação dos artigos 130 e 131 do Código de Processo Civil de 1973; 370 e 371 do Código de Processo Civil de 2015; 1.432 e 1.460 do Código Civil de 1916, além de divergência jurisprudencial.

Merece reforma a decisão agravada, que foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

É certo que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que o magistrado é o destinatário da prova, competindo às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da suficiência das que foram produzidas, nos termos do artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil atual.

Ocorre que, no caso dos autos, apesar de provocado por meio de embargos declaratórios, o Tribunal de origem não se manifestou a respeito da alegação de que representam os vícios de construção um risco expressamente excluído da cobertura, o que tornaria desnecessária a realização da prova pericial deferida, nos termos, aliás, do decidido pela sentença.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial, para determinar o retorno dos autos para que o Tribunal de origem reaprecie os embargos de declaração, analisando as cláusulas do contrato, deferindo, se for o caso, a produção de outras provas, respeitados os termos dos artigos 370 e 371 do CPC/2015.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora